



**DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TIMOR-LESTE**  
**TAUR MATAN RUAK**

Por ocasião da Apresentação da Proposta de  
Lei do Orçamento Geral do Estado para 2020

**Parlamento Nacional, 15 de Janeiro de 2020**

Sua Excelência,  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,  
Senhores Vice-Presidentes e Secretários da Mesa do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,  
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados ao Parlamento Nacional;

Suas Excelências,  
Senhoras e Senhores Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintas e Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Tenho a honra de, em nome do VIII Governo Constitucional, apresentar perante o Parlamento Nacional, câmara magna da representação democrática do nosso Povo, a proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado e o Orçamento da Segurança Social para o corrente ano de 2020.

Gostaria, nesta oportunidade, de reconhecer e agradecer os esforços que foram empreendidos por todos os dirigentes e funcionários da administração pública, bem como por Suas Excelências os Senhores Membros do Governo e pelos Ilustres Deputados ao Parlamento Nacional, no sentido de preparar e viabilizar a discussão da proposta de lei que hoje se inicia e cuja aprovação é absolutamente determinante para o bom funcionamento da nossa Administração Pública e para o crescimento da nossa economia nacional.

Como responsáveis políticos nacionais conhecemos bem e não podemos ignorar as nefastas consequências que um prolongado período de execução orçamental em regime duodecimal teve sobre a nossa economia e que desejavelmente não se deverá voltar a repetir.

Foi consciente da imperiosa necessidade de dotar o Estado de um Orçamento apto a responder às demandas da nossa sociedade e da nossa economia, e no pleno respeito pelas competências constitucionais do Parlamento Nacional, que o Governo retirou a proposta de lei orçamental que apresentou em outubro último, substituindo-a pela que hoje é submetida a debate.

A decisão de retirar a anterior proposta de lei orçamental para 2020 e de a reformular em conformidade com as recomendações aprovadas pelas várias comissões parlamentares não foi tomada de ânimo leve e sopesou na mesma a preocupação de garantir a preservação da estabilidade política e a aprovação de um Orçamento Geral do Estado para 2020, compromissos que em 2018 foram assumidos pela maioria dos Deputados eleitos para esta legislatura e pelos membros do VIII Governo Constitucional nas eleições realizadas em 2018.

Foi pelo dever de respeito pelos compromissos assumidos perante o nosso Povo que o Governo retirou a sua proposta de lei orçamental e que apresentou uma nova proposta legislativa, apta a acautelar as preocupações do Parlamento Nacional e a responder positivamente às suas recomendações.

Num contexto internacional cada vez mais instável e incerto, a preocupação com a estabilidade política e a criação de condições nacionais para um ambiente favorável ao crescimento económico e ao bem-estar social assumem ainda maior importância.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar das críticas e reparos que foram feitos ao Governo por muitos dos Senhores Deputados, e que considero legítimas no quadro de um debate político franco e democrático, não posso deixar de manifestar a minha satisfação e orgulho por muitos dos resultados alcançados pelo Governo durante o ano fiscal recentemente findo.

Com efeito, e apesar das limitações decorrentes do fato de o VIII Governo Constitucional ainda não ter sido completamente nomeado e empossado pelo Senhor Presidente da República, situação política sem paralelo em anterior momento da nossa história, e que causa graves constrangimentos à ação governativa, são visíveis os sinais de recuperação e de aceleração do crescimento económico, nomeadamente através da constatação do crescimento do PIB real não petrolífero estimado em cerca de 4% (quatro por cento) em 2019 e de cerca de 6% (seis por cento) para o corrente ano de 2020.

Estes resultados não são de somenos importância se tivermos presente que em 2017 e em 2018 o PIB real não petrolífero foi, respetivamente, de -3,8% (menos três vírgula oito por cento) e de - 0,8% (menos zero vírgula oito por cento).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real não petrolífero em 2019 foi, assim, o maior que se registou desde o ano 2014 quando atingiu 4,5% (quatro vírgula cinco), ou seja, foi o maior dos últimos quase cinco anos.

Para o crescimento registado, em muito contribuiu o aumento do consumo público e do consumo privado, estimando-se que, em 2019, o primeiro represente cerca de Us\$ 971 milhões (novecentos e setenta e um milhões) de dólares e o segundo represente cerca de Us\$ 1.054 milhões (mil e cinquenta e quatro milhões) de dólares.

Comparativamente a anos anteriores, constata-se que os valores dos consumos público e privado, estimados para o fim do ano de 2019, foram os maiores registados desde 2016 e representam, relativamente ao ano de 2018, um crescimento de cerca de Us\$ 124 milhões (cento e vinte e quatro milhões) de dólares.

Também o investimento contribuiu de forma positiva para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real, estimando-se que em 2019 o mesmo represente cerca de Us\$ 544 milhões (quinhentos e quarenta e quatro milhões) de dólares, dos quais Us\$ 147 milhões (cento e quarenta e sete milhões) de dólares se referem a investimento privado e Us\$ 397 milhões (trezentos e noventa e sete milhões) de dólares se referem a investimento público.

O montante total do investimento que se estima que tenha tido lugar durante o passado ano de 2019 encontra-se em valores similares aos que foram registados em 2017, estando longe dos Us\$ 653 milhões (seiscentos e cinquenta e três milhões) de dólares investidos durante o ano 2016. Contudo, e este detalhe não é irrelevante, o investimento público realizado em 2016 ascendeu a Us\$ 527 milhões (quinhentos e vinte e sete milhões) de dólares, representando cerca de 80,7% (oitenta vírgula sete por cento) do valor total do investimento, e o investimento privado fixou-se em Us\$ 126 milhões (cento e vinte e seis milhões) de dólares, representando não mais do que cerca de 19,3% (dezanove vírgula três por cento) do valor total do investimento.

Ora, durante o último ano, o investimento privado cresceu relativamente a 2016 cerca de Us\$ 21 milhões (vinte e um milhões) de dólares, passando a representar cerca de 27% (vinte e sete por cento) do valor total do investimento realizado na nossa economia. Sublinha-se, aliás, que, se relativamente a 2016 o crescimento do investimento privado representou cerca de Us\$ 20 milhões (vinte milhões) de dólares, relativamente a 2018 o

crescimento do investimento privado estimado situou-se em aproximadamente Us\$ 77 milhões (setenta e sete milhões) de dólares.

Para além de contribuir positivamente para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real, a evolução positiva registada ao nível do consumo privado e do investimento privado reflete a confiança que as famílias e as empresas têm na nossa economia e na continuação do crescimento da mesma.

Apesar dos sinais e resultados positivos a que tive oportunidade de me referir, o Governo tem consciência da necessidade de adotar medidas que impulsionem o nosso setor exportador, garantindo uma cada vez maior preponderância deste no crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar dos resultados positivos que foram alcançados no domínio do investimento privado, o Governo tem consciência de que o Estado continua a ser o principal impulsionador do crescimento e do desenvolvimento económicos, incumbindo-lhe assegurar o acesso à justiça, à inclusão social, à paz e à tolerância, à proteção aos grupos sociais mais vulneráveis, à igualdade de oportunidades e à igualdade de género.

É por estar absolutamente determinado em honrar as obrigações políticas e constitucionais que incumbem ao Estado, que o Governo pretende dar continuidade à execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento PED 2011-2030 e ao Roteiro 2030 para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mobilizando, para esse efeito, os setores mais dinâmicos da nossa sociedade, bem como para o cumprimento das metas a que o Governo se propôs no seu Programa para a corrente legislatura, no sentido de se alcançar o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

O Governo tem a consciência de que a implementação das estratégias previstas nestes documentos e a concretização dos objetivos que nos mesmos se preconizam depende, em grande medida, da vontade política dos órgãos de soberania. No entanto, tem a convicção de que o sucesso dessa implementação dependerá também da mobilização dos nossos cidadãos, das nossas comunidades locais e do nosso tecido empresarial.

A construção de um país cada vez mais próspero, justo e perfeito depende da nossa capacidade de nos envolvermos profundamente no processo de desenvolvimento nacional que está em curso, mas também da capacidade que tivermos de envolver todos e cada um dos nossos concidadãos nesse processo, de forma a garantir que nenhum Timorense fica para trás no acesso aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento da nossa amada Pátria, mas também que nenhum é excluído da responsabilidade de ajudar a construir o presente e o futuro da nossa República.

Só com o esforço de todos e só com a partilha de resultados por todos, poderemos aspirar à construção de um país mais rico, próspero, coeso e fraterno, apto a valorizar o potencial mais importante de que dispõe e que são os seus cidadãos.

Torna-se, assim, premente que continuemos a apostar na valorização do potencial humano do nosso Povo, reforçando os seus níveis de literacia e aumentando as suas competências profissionais, melhorando, dessa forma, a sua oportunidade de conquistar empregos dignos.

É, também, imperativo impulsionar os setores privado e cooperativo, especialmente as suas capacidades de investimento e de criação de riqueza, nomeadamente através de um mais fácil acesso ao crédito, tornando a sua dinâmica progressivamente menos dependente da despesa pública e aumentando a sua capacidade de criação de mais e de melhores empregos, nomeadamente para as gerações mais jovens de timorenses que, apesar de mais qualificadas e competentes, se debatem com o ainda muito grave flagelo do desemprego.

É necessário agir para reforçar a coesão do nosso território, esbatendo as assimetrias existentes entre o meio rural e o meio urbano e entre a cidade de Díli e os demais municípios do nosso País, garantindo o acesso de todos os cidadãos aos benefícios do crescimento e desenvolvimento económicos, independentemente do local em que residam com as suas famílias e criando condições para que os mesmos, através do seu trabalho ou dos seus negócios possam contribuir para o crescimento da riqueza nacional.

É urgente reforçar os meios de apoio e de proteção social aos grupos socialmente mais vulneráveis, de forma a garantir e a promover a dignidade de todos os timorenses que, por um qualquer infortúnio de limitação física, cognitiva ou pela avançada idade que têm, não podem prover ao seu sustento em condições minimamente satisfatórias.

O Governo tem a profunda convicção de que o nosso Povo exige uma intervenção determinada da sua parte que, sustentada num orçamento realista, permita empreender ações capazes de corresponder àqueles objetivos inadiáveis e que, de igual forma, responda aos problemas que vão sendo sentidos pelos cidadãos comuns, em matéria de acesso à água e saneamento, a melhores vias de comunicação, a melhores estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde e a melhores estabelecimentos escolares e pré-escolares, bem como em matéria de acesso a maiores e melhores oportunidades de emprego ou de negócio.

Neste sentido, e visando a conciliação da necessidade de dar resposta às necessidades mais prementes do nosso Povo com a necessidade de acautelar o respeito pelas recomendações formuladas pelas várias comissões parlamentares relativamente à proposta orçamental para 2020, o Governo apresentou, para discussão e aprovação do Parlamento Nacional, uma proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 com uma despesa estimada na ordem de Us\$ 1.668 milhões (mil, seiscentos e sessenta e oito milhões) de dólares e uma receita estimada na ordem dos Us\$ 1.765 milhões (mil, setecentos e sessenta e cinco milhões) de dólares.

No que se refere ao orçamento da despesa, o Governo propõe ao Parlamento Nacional que dos Us\$ 1.668 milhões (mil, seiscentos e sessenta e oito milhões) de dólares: Us\$ 235,6 milhões (duzentos e trinta e cinco milhões, e seiscentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Salários e Vencimentos”; Us\$ 582,3 milhões (quinhentos e oitenta e dois milhões, e trezentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Bens e Serviços”; Us\$ 329,7 milhões (trezentos e vinte e nove milhões, e setecentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Transferências Públicas”; Us\$ 31,5 milhões (trinta e um milhões e quinhentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Capital Menor”; e Us\$ 488,8 milhões (quatrocentos e oitenta e oito milhões, e oitocentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Capital de Desenvolvimento”.

No que concerne ao orçamento da receita, o Governo pretende obter a autorização do Parlamento Nacional para transferir o montante de Us\$ 996,5 Milhões (novecentos e noventa e seis milhões, e quinhentos mil) dólares do Fundo Petrolífero para a conta do orçamento de Estado, dos quais Us\$ 536,8 milhões (quinhentos e trinta e seis milhões, e oitocentos mil) dólares não ultrapassam o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para aquele fundo e Us\$ 459,7 milhões (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, e setecentos mil) dólares serão transferidos já acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

Gostaria, no entanto, de ressaltar que o montante da transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é inferior ao montante da despesa categorizada como “Capital de Desenvolvimento”,

relacionada, esta, com investimentos duradouros, aptos a responder às necessidades de infraestruturação do país, não apenas para a atual geração de timorenses, mas também para as gerações futuras, assim como às necessidades de dinamização e diversificação económica do país a médio e longo prazo.

Ainda no que tange ao orçamento da receita, o Governo estima arrecadar Us\$ 433,9 Milhões (quatrocentos e trinta e três milhões, e novecentos mil) dólares em receitas não petrolíferas; Us\$ 7,5 milhões (sete milhões e quinhentos mil) dólares em doações; e Us\$ 73 milhões (setenta e três milhões) de dólares em resultado da contratação de empréstimos.

Finalmente, e tendo presente o grau de execução do último Orçamento Geral do Estado, que atingiu os 88,2% (oitenta e oito vírgula dois por cento), o Governo prevê que se transfira para o novo orçamento o saldo de Us\$ 254,3 Milhões (duzentos e cinquenta e quatro milhões, e trezentos mil) dólares.

A proposta orçamental que constitui objeto do debate que hoje se inicia teve por base o documento apresentado perante o Parlamento Nacional no dia 15 de outubro de 2019, ajustado de acordo com as recomendações que genericamente foram sendo formuladas pelas várias comissões parlamentares sobre o mesmo, ao longo dos meses de outubro e de novembro últimos.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhoras Deputados,

Como já em anterior ocasião tive oportunidade de o referir perante esta Câmara, Governar constitui um exercício em si mesmo complexo e exigente, que obriga os responsáveis públicos a tomarem decisões, nomeadamente decisões relacionadas com o uso de dinheiros públicos, que não podendo agradar a todos devem procurar servir o interesse público ou o interesse geral da nossa Comunidade Nacional.

Foi fiel a este entendimento, e na prossecução das metas e objetivos que traçou no seu Programa para a corrente legislatura, que o Governo estabeleceu para o corrente ano fiscal um conjunto de cinco prioridades ou eixos estratégicos de ação, norteadores da decisão de alocação de recursos para a realização de investimentos públicos, nomeadamente: (1) capital social – bem-estar social, proteção social e cidadania; (2) desenvolvimento económico – investimento da economia e finanças públicas do país; (3) melhoria da conectividade nacional; (4) consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas; (5) consolidação e reforço da justiça, democracia e direitos humanos.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de capital social – bem-estar social, proteção social e cidadania, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 4,9 milhões (quatro milhões e novecentos mil) dólares destinados a adquirir medicamentos para melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país;
- Us\$ 91,4 milhões (noventa e um milhões e quatrocentos mil) dólares destinados ao pagamento de pensões e à construção de habitações para veteranos;
- Us\$ 41,3 milhões (quarenta e um milhões e trezentos mil) dólares destinados a custear as responsabilidades do Estado em relação ao regime contributivo e não contributivo;

- Us\$ 15,2 milhões (quinze milhões e duzentos mil) dólares destinados à provisão de pensões para funcionários públicos efetivos sob o regime contributivo;
- Us\$ 4,3 milhões (quatro milhões e trezentos mil) dólares destinados a prestar apoio a diversos eventos desportivos e atividades para jovens ao longo do ano;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados à atribuição de subsídios a escolas privadas e a escolas C.A.F.E.;
- Us\$ 500,000 (quinhentos mil) dólares destinados a programas de emprego;
- Us\$ 3,2 milhões (três milhões e duzentos mil) dólares destinados à compra de secretárias, cadeiras e computadores para escolas;
- Us\$ 1,7 milhões (um milhão e setecentos mil) dólares destinados a compra de ambulâncias, de veículos polivalentes e veículos operacionais para ações de monitorização e avaliação;
- Us\$ 61 milhões (sessenta e um milhões) de dólares destinados à construção de postos de saúde e clínicas.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de desenvolvimento económico – investimento da economia e finanças públicas do país, permito-me destacar a alocação de:

- Us\$ 166,4 milhões (cento e sessenta e seis milhões, e quatrocentos mil) dólares destinados a pagar combustível e a manutenção dos geradores elétricos em Hera e Betano, incluindo a manutenção das torres de transmissão elétrica e das subestações em sete localizações essenciais;
- Us\$ 2,1 milhões (dois milhões e cem mil) dólares destinados à participação de Timor-Leste na Expo do Dubai;
- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados ao Evento Internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e à décima segunda edição dos Jogos Desportivos da CPLP a realizar em 2020 em Timor-Leste;
- Us\$ 63,8 milhões (sessenta e três milhões, e oitocentos mil) dólares destinados a investir no desenvolvimento da Timor Gap;
- Us\$ 22,6 milhões (vinte e dois milhões, e seiscentos mil) dólares destinados a apoiar a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), a Timor Gap e o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG), de modo a assegurar que Timor-Leste beneficia ao máximo dos seus recursos naturais;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados a recapitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e a pagar taxas de serviço do mesmo;
- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados à recapitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;

- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados a subsidiar grupos de cooperativas;
- Us\$ 250,000 (duzentos e cinquenta mil) dólares destinados a providenciar capital a mulheres rurais com vista a promover o empresariado feminino;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados à compra de equipamento informático para um centro de back-up de dados, de equipamentos de raio-X e detetores de metais;
- Us\$ 3,4 milhões (três milhões e quatrocentos mil) dólares destinados à compra de veículos pesados;
- Us\$ 238,3 milhões (duzentos e trinta e oito milhões, e trezentos mil) dólares destinados ao Fundo das Infraestruturas, nomeadamente, à construção de um centro de formação de excelência.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de melhoria da conectividade nacional, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 31,1 milhões (trinta e um milhões e cem mil) dólares destinados ao fundo de contrapartidas, incluindo as despesas com a compra de navios para patrulhar as fronteiras marítimas e a compra do ferry Nakroma II;
- Us\$ 3,0 milhões (três milhões) de dólares destinados a novas provisões para a aviação civil.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas, permito-me destacar a alocação de:

- Us\$ 2,8 milhões (dois milhões e oitocentos mil) dólares destinados ao pagamento de quotas em instituições internacionais;
- Us\$ 1,5 milhões (um milhão e quinhentos mil) dólares destinados ao secretariado do g7+;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados a apoio financeiro internacional;
- Us\$ 1,8 milhões (um milhão e oitocentos mil) dólares destinados à compra de equipamentos de proteção e de comunicações do Ministério da Defesa;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados à compra de equipamento de proteção para a Polícia Nacional de Timor-Leste;
- Us\$ 900,000 (novecentos mil) dólares destinados ao recrutamento de 600 (seiscentos) novos membros para as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL).

Finalmente, de entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de consolidação e reforço da justiça, democracia e direitos humanos, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 6,0 milhões (seis milhões) de dólares destinados a subsidiar os partidos políticos e assim continuar a fortalecer o processo democrático em Timor Leste;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados à construção das Igrejas de Becora e Aimutin, bem como de templos protestantes, e, ainda, para apoio a Organizações Não Governamentais (ONG);
- Us\$ 1,7 milhões (um milhão e setecentos mil) dólares destinados a subsidiar a Radiotelevisão de Timor-Leste (RTTL) e a Tatoli - Agência Noticiosa de Timor-Leste.

Gostaria, ainda, de aproveitar esta oportunidade para apelar ao apoio do Parlamento Nacional às medidas orçamentais propostas pelo Governo em matéria de aprofundamento do processo de descentralização administrativa e que passam pela alocação de:

- Us\$ 3,0 milhões (três milhões) de dólares destinados ao preenchimento das vagas existentes nos mapas de pessoal das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais; e de
- Us\$ 9,4 milhões (nove milhões e quatrocentos mil) dólares destinados ao financiamento de múltiplos projetos promovidos pelas Autoridades Municipais e das Administrações Municipais, designadamente no âmbito do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM).

O Governo mantém-se fiel ao compromisso político e constitucional de implementar a descentralização administrativa, tendo, para esse efeito, definido um calendário, no qual se prevê que, ainda durante o corrente ano, se inicie um processo de avaliação da existência de condições mínimas para o estabelecimento de autarquias municipais.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

As medidas orçamentais que resumidamente acabei de destacar refletem bem o esforço empreendido pelo Governo no desenvolvimento de uma proposta orçamental para o corrente ano fiscal, capaz de estabelecer o necessário equilíbrio e compromisso entre o cumprimento dos objetivos programáticos a que nos propomos e, simultaneamente, acatele devidamente as preocupações do Parlamento Nacional com as questões da sustentabilidade do fundo petrolífero e da qualidade da despesa pública.

O Governo gostaria, naturalmente, de dispor de maiores recursos financeiros para ter uma maior capacidade de ação na promoção do bem-estar e da qualidade de vida das famílias timorenses, assim como para dinamizar o nosso tecido produtivo nacional. Porém, consciente da importância de dotar o Estado, tão rapidamente quanto seja possível, de um Orçamento que assegure a sua normal atividade financeira, o Governo apresenta uma proposta orçamental mais conservadora, convicto de que, dessa forma, responderá às necessidades mais imediatas dos nossos tecidos económico e social e reunirá as condições necessárias para a sua viabilização parlamentar e promulgação presidencial.

Como habitualmente, o documento que hoje tenho a honra de apresentar perante V. Excelências é um documento passível de melhoria e aperfeiçoamento, os quais só poderão ser alcançados em resultado de um diálogo profícuo entre os Membros do meu Governo e todos os Ilustres Deputados, do Parlamento Nacional, a decorrer ao longo dos próximos dias.

Mantenho a absoluta convicção de que, em conjunto, Governo e Parlamento Nacional serão capazes de debater e de encontrar soluções que ofereçam respostas concretas aos reais problemas dos nossos cidadãos, impulsionem a nossa economia e consolidem a nossa democracia.

Tal como no passado, só pela união e mobilização de todos os Timorenses será possível vencer o desafio do desenvolvimento e legar às gerações vindouras uma Pátria próspera, justa e solidária para todos os Timorenses.

Por um Timor-Leste cada vez mais moderno, desenvolvido e próspero!

Que Deus nos abençoe a todos!

Muito obrigado.